

**OFICINA 10 ANOS DO CNRH – DESAFIOS E  
PROPOSIÇÕES PARA MELHORIA DO SEU  
FUNCIONAMENTO**

**RELATÓRIO**

**Francisco Carlos Bezerra e Silva**

**Rosana Garjulli Sales Costa**

**Dezembro 2008**

## **OFICINA 10 ANOS DO CNRH – DESAFIOS E PROPOSIÇÕES PARA MELHORIA DO SEU FUNCIONAMENTO.**

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos, ao longo dos seus dez anos de funcionamento, vem cumprindo o papel de instância máxima do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, notadamente na produção de deliberações que regulamentam e orientam a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos instituída pela Lei nº 9.433, de 1997.

Sua estruturação está assentada na composição de um plenário plural e no funcionamento de dez câmaras técnicas, quantidade máxima prevista.

O atual estágio de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos está marcado por um amadurecimento de questões que impõem a necessidade de priorização de respostas, visto serem grandes os desafios que ainda se colocam à consolidação dessa política, cabendo ao CNRH tornar-se um organismo cada vez mais representativo na sua composição, eficiente no seu funcionamento e transparente na sua atuação.

Questões como a necessária articulação das políticas setoriais relacionadas à água, o fortalecimento do SINGREH junto à sociedade brasileira, a consolidação de um modelo participativo de gestão entre outras, contribuem para que o CNRH tenha uma pauta ampla e diversificada, cuja priorização e agilidade nas respostas às respectivas questões e desafios são essenciais ao reconhecimento do Conselho como ente máximo do sistema de gerenciamento das águas brasileiras.

O país já conta com um Plano Nacional de Recursos Hídricos, peça-chave para os encaminhamentos da área de recursos hídricos no Brasil, cuja responsabilidade de monitoramento e acompanhamento de sua execução é uma das principais competências do CNRH. O PNRH, com seus programas e subprogramas, por sua vez, demanda do CNRH a apreciação e aprovação de diversos produtos, os quais deverão ser devidamente priorizados em sua pauta, de modo a garantir a real execução deste instrumento em questão.

Por sua vez, o atual modelo estrutural e funcional do CNRH demanda uma avaliação voltada para o seu aperfeiçoamento, necessidade permanente em um sistema dinâmico como é o SINGREH.

Como etapa inicial de um processo mais amplo de avaliação e reestruturação, essa Oficina de Trabalho foi proposta para fornecer subsídios para um planejamento que permita ao CNRH o fortalecimento de sua integração, transparência e eficiência. Seus resultados indicam os principais desafios do CNRH e proposições que possibilitem aperfeiçoar o seu funcionamento.

### **OBJETIVOS DA OFICINA**

- Promover uma avaliação do funcionamento do CNRH pelos participantes das Câmaras Técnicas de modo a subsidiar a definição de uma metodologia de planejamento e monitoramento das atividades do Conselho.
- Aproximar os membros das Câmaras Técnicas do CNRH contribuindo para uma maior integração na sua atuação.

## **PARTICIPANTES**

Membros das 10 Câmaras Técnicas do CNRH (VER LISTA ANEXA)

## **METODOLOGIA**

A Oficina foi realizada seguindo três etapas encadeadas, precedidas por uma abertura onde a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente–Urbano – SRHU – apresentou o seu objetivo contextualizando-a em um processo de avaliação que será ampliado no ano de 2009, bem como o caráter propositivo da oficina a este processo.

### **a) Apresentação e discussão do atual estágio de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e dos desafios demandados ao CNRH.**

- Nessa etapa foram apresentados os posicionamentos da SRHU diante do atual estado da Política Nacional de Recursos Hídricos;
- Uma avaliação feita pela ANA sobre o estado da arte da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do funcionamento do CNRH; e (Anexo 1)
- Uma apresentação da situação atual do Plano Nacional de Recursos Hídricos e suas demandas para o CNRH. (Anexo 2)

Tais apresentações contribuíram para uma visão dos desafios atuais que se colocam para o CNRH como instância máxima do SINGREH.

### **b) Discussão em grupos de trabalho de proposições para subsidiar a melhoria no funcionamento do CNRH.**

Foram formados cinco grupos mesclando os membros de todas as Câmaras Técnicas com o objetivo de discutir e elaborar proposições para melhorias no funcionamento do CNRH. Essas discussões tiveram como orientação os seguintes questionamentos:

- Quais os grandes desafios que se colocam para que o CNRH fortaleça o seu papel na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos?
- Como poderá ser melhor definida uma agenda estratégica para o CNRH?
- Como estabelecer uma rotina de planejamento com definição de metas e prazos, indicadores, monitoramento e avaliação das atividades do CNRH e de suas Câmaras Técnicas?
- Como integrar as discussões entre o Plenário, as diversas Câmaras Técnicas e outros colegiados, tendo como elemento norteador o Plano Nacional de Recursos Hídricos?
- Que proposições são apresentadas para melhorar o funcionamento do CNRH? Ex. Número de reuniões, fortalecimento do papel dos representantes, estruturas, mudanças regimentais.

### **c) Apresentação e discussão em Plenário das proposições geradas nos Grupos de Trabalho.**

Cada grupo apresentou a síntese de suas discussões, cujas proposições foram sistematizadas e apresentadas para debate e complementações pelo Plenário da Oficina.

Em seguida o Secretário de Recursos Hídricos e Ambientes Urbanos, Sr. Vicente Andreu Guillo, fez uma síntese dos resultados e as proposições de encaminhamentos.

## **RESUMO DAS APRESENTAÇÕES**

### **Mesa de Abertura**

Composta pelo representante da SRHU, diretor do Departamento de Recursos Hídricos, João Bosco Senra, e pelo diretor da Agência Nacional de Águas, Benedito Braga.

João Bosco Senra justificou a ausência do Secretário no ato inicial em virtude de compromisso no Congresso Nacional e explicitou o objetivo da oficina, cujos resultados deverão ser encaminhados à apreciação do Plenário e contribuirão para a construção do Planejamento Estratégico do CNRH a ser proposto por consultores que estão sendo contratados. Agradeceu à equipe técnica da SRHU e aos participantes da oficina.

O diretor da ANA, Benedito Braga, por sua vez, afirmou a necessidade de reflexão que qualquer instituição passa na revisão dos seus “modus operandi” em busca do seu aperfeiçoamento progressivo. Afirmou que o CNRH precisa ser valorizado e que a ANA tem por missão o apoio técnico ao seu funcionamento. Pontuou como necessidades de reflexão para o atual momento a representatividade no Conselho, a avaliação dos impactos de suas decisões na sociedade e apontou o caminho para ampliar esse impacto político a partir da representação institucional pelos seus dirigentes maiores.

Reforçou o papel da ANA como apoio técnico afirmando que as Câmaras Técnicas precisam utilizar melhor essa capacidade disponível. Finalizou sua explanação afirmando que o CNRH necessita firmar-se como vanguarda do país.

### **Apresentações:**

#### **SITUAÇÃO ATUAL DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS E NECESSIDADES DE ATUAÇÃO DO CNRH – Anexo 1**

*Expositor: Rodrigo Flecha – Superintendente de Apoio a Gestão*

Ao abordar a situação atual da Política Nacional de Recursos Hídricos, o representante da ANA destacou a complexidade da situação de sua aplicação no contexto de um país federativo onde a dupla dominialidade dos recursos hídricos impôs um sistema de gestão em duas esferas de atuação (nacional e estadual) que possuem a mesma missão institucional e são profundamente interdependentes em conteúdo e aplicação.

Entretanto, embora as leis definam que deverá haver uma articulação entre a União e os Estados, nenhum texto legal delineia como se dará essa articulação em bacias interestaduais com relação aos instrumentos ou às instâncias descentralizadas.

Outra dificuldade legal diz respeito à necessidade de compatibilizar e harmonizar os normativos União/Estados superando inclusive os aspectos legais da administração pública que limitam a aplicação da legislação.

Com relação às instituições do SINGREH, destacando os órgãos gestores e conselhos estaduais, há deficiência na manutenção de equipes mínimas e no efetivo funcionamento dos fundos estaduais. Outro fator que enfraquece os sistemas é a descontinuidade dos órgãos gestores e suas

estratégias de ação. Como ilustração dessa debilidade aponta-se que no ano de 2007, quando houve mudanças nos governos estaduais, oito estados brasileiros e o Distrito Federal promoveram mudanças estruturais e legais nos seus órgãos gestores de recursos hídricos.

Diante dessa situação apontam-se como principais desafios à implementação da Política:

- operacionalização e fortalecimento dos comitês consolidando-os como espaço efetivo de deliberação;
- pactuação de normativos, regras e pautas que permitam a convivência e integração entre comitês e bacias compartilhadas;
- a garantia da representatividade e a qualidade da representação em conselhos e comitês;
- a construção de uma lógica territorial de gestão superando a lógica setorial;
- a convergência de políticas setoriais de modo a potencializar a implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos;
- a construção pactuada entre Estados e a União de um mapa de gestão dinâmico e evolutivo definindo tipologias diferenciadas de gerenciamento em bases territoriais de planejamento e gestão;
- a implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos incluindo a sua revisão permanente;
- o estabelecimento de pauta estratégica nacional para o CNRH;

Em seguida apresentou o que a ANA vem desenvolvendo de modo a criar ambientes institucionais de negociação e consenso, tais como convênios, participação na elaboração de planos e na implementação de agências e cobranças.

Apresentou ainda a avaliação preliminar do desempenho do CNRH de modo a sugerir temas que necessitem de um maior aprofundamento, além de propor uma revisão na organização, estrutura e funcionamento global do Conselho e também a necessidade de uma pauta estratégica nacional para o CNRH.

Disse que em uma primeira constatação apenas vinte e um por cento dessas resoluções do CNRH são passíveis de serem aplicadas pelos Estados e que não existe ainda uma avaliação de sua efetiva aplicação nestes entes federativos. Diante dessa constatação alguns questionamentos foram feitos:

- Está o CNRH cumprindo as suas atribuições?
- É hoje o CNRH um Conselho Federal de Recursos Hídricos?
- Como tornar o CNRH um Conselho Nacional de Recursos Hídricos?
- Os temas atuais em discussão são estratégicos?
- Qual a pauta estratégica a construir?

Uma proposta para a reformulação do CNRH seria quanto ao enquadramento de suas competências em quatro grupos distintos:

A – Formulação e Regulamentação da Política Nacional de Recursos Hídricos;

B – Competências de Arbitragem;

C – Funcionamento e Operacionalização do SINGREH; e

D – Funcionamento e operacionalização do CNRH.

De acordo com a proposta apresentada as temáticas que se enquadrassem nos grupos de competências A e B, visto o seu caráter estratégico para a Política Nacional de Recursos Hídricos, seriam atribuições indelegáveis do CNRH. Todavia, aquelas que se enquadrassem nos grupos de resolução C e D poderiam ser delegadas à SRHU, Secretaria Executiva do CNRH.

Um segundo item avaliado foi referente à identificação de relevância dos temas em discussão nas Câmaras técnicas. Os resultados apontaram que de um total de 55 temas em discussão apenas 25 deles possuem alta relevância para o sistema. Essa avaliação foi realizada pela SAG, em maio de 2008, com representantes nas 10 Câmaras Técnicas do CNRH, dos temas em discussão em cada uma das Câmaras, de acordo com a Resolução no 81/2007 (“Aprova o Programa de Trabalho e a respectiva Proposta Orçamentária da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para o exercício de 2008”). Neste trabalho, representantes fizeram uma avaliação quanto ao grau de relevância dos temas em discussão. Todavia, no nosso entendimento, muitos dos temas qualificados como de alta relevância não se coadunam com os reais desafios no que respeita à implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e possuem pouca convergência com os Programas e Subprogramas do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Com relação à representação e representatividade a avaliação adotou a qualificação das mesmas de acordo com os níveis hierárquicos ocupados por seus representantes, contatando que no segmento poder público, 33% das representações dos titulares pertencem ao nível mais alto da hierarquia do órgão, no segmento usuários essa representação é de 17% e no segmento das organizações civis o percentual é de 33%.

Diante dessa avaliação procedida conclui-se que os quatro grandes temas avaliados (regulamentação, competências, composição e regimento interno; Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho; Resoluções e Moções e representação e representatividade no CNRH) necessitam de um maior aprofundamento para efetivamente rever a organização, a estrutura e o funcionamento global do CNRH e criar uma pauta estratégica nacional para o conselho.

Outros temas, entretanto, mereceriam atenção para uma correta avaliação do CNRH:

- realizar cruzamento da matriz de detalhamento dos Programas e Subprogramas do Plano Nacional de Recursos Hídricos com temáticas atualmente em discussão nas câmaras técnicas, de forma a verificar a coerência e a convergência;
- avaliar a convergência das legislações estaduais com as resoluções do CNRH, verificando, inclusive, se os Estados estão incorporando-as em suas respectivas legislações;
- avaliar o desempenho dos grupos de trabalho; e
- avaliar os resultados das moções.

Outra conclusão da avaliação feita pela ANA é de que esta agência não deveria seguir compondo, na qualidade de representante do governo federal, o CNRH, visto que cabe à mesma um papel regulador e a tarefa de cumprir diretrizes políticas do CNRH dando-lhe o necessário respaldo técnico. Por essa proposta a ANA deixaria de ter direito a voto, no CNRH e nas câmaras técnicas, mantendo-se, porém, o seu direito de voz e de manifestação técnica, sempre pertinente.

Na seqüência foram feitas ainda algumas recomendações:

a) CNRH realize anualmente reunião de balanço técnico e político sobre a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, tendo como base relatório anual sobre o Estado da Arte da Política Nacional elaborado e apresentado pela ANA.

b) Outros temas mereceriam ser tratados pelo CNRH:

- inserção do Plano Nacional de Recursos Hídricos nos Estados;
- inserção da temática bacias compartilhadas interestaduais de interesse nacional e regional nas respectivas legislações estaduais de recursos hídricos;
- definição dos grandes temas estratégicos nacionais que deveriam compor a agenda do CNRH; e
- incorporação das Resoluções do Conselho no planejamento governamental.

Por último foi sugerida uma reflexão sobre as seguintes questões:

- *Quais estratégias e instrumentos de cooperação federativa a construir para efetivar uma GIRH racional, eficiente e eficaz e permitir uma maior articulação institucional, transversal e territorial entre os entes federados?*
- *Quais as principais tendências de evolução da GIRH no contexto federativo?*
- *Essas tendências apontam para uma configuração sustentável da GIRH em termos da construção de um federalismo de cooperação e capacidade de resposta aos desafios colocados para o desenvolvimento?*
- *Quais os principais nós técnicos e institucionais a desatar para a construção de um federalismo que, sem ferir a relativa autonomia dos entes federados, esteja apto a promover a cooperação em torno de objetivos nacionais?*
- *Estamos caminhando em direção a uma gestão federada de recursos hídricos estável, equilibrada e cooperativa ou um conjunto de reformas jurídico-legais se faz necessário para dotar a gestão das águas dessas características?*
- *Como avançar em quadros políticos e institucionais tão complexos e frágeis em que a costura de acordos envolve tantos atores institucionais e regiões diferentes?*

## **APRESENTAÇÃO DO ESTÁGIO ATUAL DO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS E DA AVALIAÇÃO DA SRHU – Anexo 2.**

*Expositor: João Bosco Senra*

João Bosco Senra afirmou que o Plano Nacional de Recursos Hídricos já se encontra em implementação, cabendo ao CNRH avaliação e revisão dos resultados obtidos antes da elaboração do PPA.

Registrou que em 2007 foi iniciada a elaboração de uma matriz do detalhamento, que em 2008 foi encaminhada às Câmaras Técnicas para identificar suas contribuições para implementação do Plano apontando qual o papel que deveriam desempenhar na implementação, bem como definir prioridades e reorientar o planejamento. O prazo estipulado para a conclusão dessa tarefa foi a primeira reunião do CNRH em 2009 e, informou que até o presente momento, duas CTs já concluíram essa identificação.

Ressaltou que o atual momento do PNRH contempla a aprovação de seis metas emergenciais das quais cinco já foram aprovadas e que os programas foram detalhados com o apoio das CTs em uma oficina realizada em 2007 e que a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas contribuiu intensamente com o Programa de Águas Subterrâneas.

Afirmou que o monitoramento da implementação deverá ser apoiado pelos relatórios do SIGEOR e do “Estado da Arte” elaborado pela ANA, o que possibilitará ao CNRH proceder a avaliação e revisão do PNRH. A primeira revisão está agendada para o ano de 2010.

Afirmou ainda que seria competência do CNRH acompanhar a implementação do PNRH e que na estrutura deste Conselho cabe à CTPNRH o papel de apresentar, estudar, buscar informações e fornecer ao Plenário subsídios para a sua aprovação.

Finalizou afirmando que o processo do plano deve ser uma oportunidade para implementar a cultura da gestão integrada de recursos hídricos no país.

## **COMENTÁRIOS GERAIS - Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do MMA**

*Expositor: Vicente Andreu Guillo*

O Secretário Vicente Andreu Guillo ressaltou que o objetivo da oficina seria o de avaliar a partir de um balanço, onde a estrutura, os mecanismos e os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos estariam produzindo as respostas para as demandas da sociedade.

Afirmou que mudanças pontuais vêm sendo feitas no regimento interno do Conselho e que este balanço deveria possibilitar uma proposição de mudanças gerais. Na discussão, entretanto, não se deveria perder o foco de que a estrutura seria secundária frente aos desafios.

A questão a ser colocada seria a de “como enfrentar os desafios com maior transparência?”. Refletiu e apresentou considerações que fez nessa reflexão: nenhum segmento deveria ter maioria no Conselho de forma que possa realmente ser democrático no seu poder deliberativo.

Questionou se há possibilidades de mudanças na atual situação onde a ausência na definição de prioridades dificultaria uma apropriação do Conselho da sua própria agenda. Ressaltou a ainda que a construção de resoluções têm demandado um longo tempo que não se justificaria diante das expectativas da sociedade, o que implicaria em tentar equacionar melhor o tempo nestes procedimentos.

Quanto a elaboração das resoluções questionou o processo que tem como elemento mais presente as capacidades individuais dos membros das CTs e onde o potencial técnico da ANA estaria sendo pouco utilizado.

Questionou ainda se a estrutura cristalizada de dez câmaras técnicas permanentes favoreceria os resultados esperados do CNRH, se não seria possível uma estrutura mais flexível de câmaras vinculadas às resoluções propostas sem a necessidade de câmaras permanentes para temáticas fixas.

Por fim colocou o desafio de construir uma proposta consolidada para ser encaminhada à avaliação do Plenário.

O debate que seguiu após as apresentações iniciais levantou as seguintes ponderações:

- ampliar a participação da representação de entidades que representem interesses difusos;
- avaliar a produtividade e a qualificação da representação por outros indicadores que não sejam os que foram utilizados pela ANA;
- dar relevância ao tema federativo e aumentar o diálogo com o setor ambiental dando maior clareza nos papéis e referências para ambos os sistemas;
- utilizar outros resultados das Câmaras que não sejam suas proposições de deliberações, tal como: a resolução de conflitos que vem sendo realizada no âmbito da CTAP;
- relacionar a racionalidade eficiência-eficácia e o fato que as minorias estão sendo tratoradas no CNRH;
- reduzir a representação majoritária da União dando um caráter mais nacional ao CNRH;
- utilizar o Plano Nacional como referência prioritária e dar centralidade na aplicação dos instrumentos de gestão;
- dar maior apoio aos CBH não federais;
- definir as prioridades nacionais do Conselho;
- discutir os vácuos existentes na Lei de Saneamento diante da questão federativa;
- manter a estrutura atual de câmaras técnicas diante da sua memória histórica dos processos;
- provocar os Estados para aumentar o relacionamento com o CNRH;
- definir claramente qual o papel de cada ente;
- criar indicadores em contraponto à estatística bruta; e
- considerar os biomas do país nas suas resoluções e definir claramente o que é curso d'água.

## **RESUMO DAS PROPOSIÇÕES**

O segundo momento da Oficina foi realizado com a divisão em cinco grupos de trabalho formados por membros das diversas câmaras técnicas com o objetivo de discutir o atual funcionamento do CNRH e propor melhorias neste funcionamento. Os grupos apontaram

desafios e avaliaram as questões ressaltadas por ocasião dos debates da etapa anterior para, em seguida, apresentarem suas proposições.

As proposições de cada grupo foram sistematizadas tão logo apresentadas e após a sua reapresentação foram discutidas no conjunto constituído pelos seguintes itens:

- Desafios ao CNRH – *Anexo 3 – apresentação consolidada das proposições referentes a essa temática;*
- Definição de agenda – *Anexo 4 – apresentação consolidada das proposições referentes a essa temática;*
- Planejamento e monitoramento – *Anexo 5 – apresentação consolidada das proposições referentes a essa temática;*
- Integração com os demais entes do SINGREH e políticas setoriais – *Anexo 6 – apresentação consolidada das proposições referentes a essa temática;* e
- Funcionamento da estrutura – *Anexo 7 – apresentação consolidada das proposições referentes a essa temática.*

## **DESAFIOS AO CNRH**

São desafios atuais para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos no cumprimento de sua missão no SINGREH:

1. Estabelecer uma agenda estratégica pautando temas que o fortaleçam como um Conselho Nacional de Recursos Hídricos, considerando as suas competências legais e atendendo as demandas da sociedade.
2. Articular-se com os Estados, os Sistemas afins e os demais entes do SINGREH de modo a integrar a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos com as políticas setoriais.
3. Melhorar o seu funcionamento interno garantindo boa representação e representatividade dos seus membros, consolidando as atribuições das Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho, melhorando o funcionamento de sua Secretaria Executiva e monitorando os seus resultados.

**Desafio 1 - Estabelecer uma agenda estratégica pautando temas que o fortaleçam como um Conselho Nacional de Recursos Hídricos, considerando as suas competências legais e atendendo as demandas da sociedade.**

Na definição de sua agenda o CNRH deve considerar o que já foi definido pelas Leis (Constituição Federal de 1988; Lei Nº. 9.433/97, PPA Federal e Estaduais) e buscar contemplar interesses nacionais. Ser embasada no Plano Nacional de Recursos Hídricos; buscar atender as demandas do SIGEOR; e focalizar na implementação dos instrumentos de gestão. Deverá considerar ainda a identificação de temas prioritários para a articulação com o CONAMA (a exemplo de padrões de lançamento e efluentes e definição de vazão ambiental).

A Lei Nº. 9.433/97 deve ser analisada quanto à sua consistência no contexto federativo do país e temas por ela não regulamentados deverão ser tratados no âmbito dessa agenda. Entre esses temas devem ser inseridos a definição de critérios para a gestão de rios fronteiriços e

transfronteiriços e estabelecimento de critérios para definição de bacias de interesse nacional e regional.

A pauta do CNRH deve priorizar temas estruturantes e nacionais sendo aliviada de temas pontuais. Na sua formulação a agenda deverá receber contribuições dos seus Conselheiros, das Câmaras Técnicas, Comitês de Bacias Hidrográficas, Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e demais entes do SINGREH.

O Plano Nacional de Recursos Hídricos deve ocupar lugar permanente no fomento e monitoramento de sua implementação e na promoção de sua capilarização no âmbito do SINGREH. As questões estratégicas atuais de implementação do Plano Nacional devem ter prioridade na pauta do CNRH.

A agenda deverá prever ainda o desenvolvimento de estratégias para inserção de suas deliberações na agenda do governo federal e ampliação da visibilidade de suas atividades e deliberações.

#### PROPOSTA PARA A DEFINIÇÃO DE UMA AGENDA ESTRATÉGICA

A Secretaria Executiva do CNRH deverá receber as demandas para definição da **agenda** até o mês de outubro de cada ano;

As propostas deverão ser encaminhadas ao Plenário do Conselho para definição de prioridades;

Na reunião Plenária para aprovação da **agenda** deve ser considerada a participação dos presidentes das CT e dos membros da SECEX do CNRH possibilitando contribuições;

O Conselho aprovará a sua **agenda estratégica** até o mês de dezembro;

A pauta das CTs deverá ser estabelecida a partir da **agenda estratégica**, entretanto não se exclui a possibilidades por parte das CTs de propor matérias ao Plenário do CNRH, a partir de uma demanda identificada. Caberá ao Plenário fazer juízo de admissibilidade das matérias.

#### PARA O PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES:

O CNRH deverá estabelecer metas e prazos em função de sua agenda aprovada dentro de um plano de trabalho.

Após a aprovação da agenda do CNRH, esta deverá ser remetida pela Secretaria Executiva às respectivas Câmaras Técnicas. Cada Câmara deverá elaborar uma proposta de Termo de Referência contendo objetivos, produtos, metas e prazos e encaminhar para a Secretaria Executiva antes da primeira reunião do CNRH. A Secretaria fará a estruturação do plano de trabalho e o encaminhará ao Plenário para aprovação por ocasião da primeira reunião anual.

Neste planejamento deve-se considerar a dificuldade com relação ao estabelecimento de prazos para produção de propostas pelas Câmaras Técnicas, no entanto, o plano deverá prever prazos para a elaboração de relatórios parciais.

Considerar ainda que seja assegurada a incorporação, a qualquer tempo, de uma questão extemporânea (como um evento hidrológico crítico) na agenda não planejada.

#### PARA O MONITORAMENTO:

O CNRH deverá definir ainda um sistema de monitoramento e avaliação do funcionamento das Câmaras Técnicas, do seu Plenário e da implementação de suas deliberações contendo indicadores quantitativos e qualitativos que permitam monitorar:

- o desempenho do CNRH e efetividade das CT como formulador de políticas públicas em recursos hídricos;
- o atendimento dos objetivos e metas estabelecidas; e
- o cumprimento do cronograma da agenda de trabalho do CNRH.

Além disso, deverá apropriar-se do SIAPREH, do SIGEOR e do SNIRH como ferramentas para diagnóstico, metas conjunturais e monitoramento, a partir dos quais deve ser apresentado um quadro de referências que traduza o estado da arte da demanda que está nas Câmaras Técnicas para discussão.

Tanto o planejamento quanto o monitoramento e a definição de indicadores deverão ser orientados pela construção de um modelo lógico com auxílio de mediação externa.

### **Desafio 2 - Articular-se com os Estados, os Sistemas afins e os demais entes do SINGREH de modo a integrar a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos com as políticas setoriais.**

A articulação com os Conselhos Estaduais, com o CONAMA e a integração com outras políticas setoriais (em especial a de Meio Ambiente e o setor de saneamento) deverá ser assegurada por meio de um diálogo permanente.

A operacionalização deste diálogo pode ser mobilizada pela ativação da Comissão de integração CONAMA e CNRH criada pela Portaria 357/MMA incluindo ampliar entre suas atribuições a definição de procedimentos para deliberações conjuntas.

Outro procedimento de maior integração com o CONAMA pode vir a ser a articulação entre os dois Conselhos na revisão de seus regimentos e estrutura.

A maior integração do CNRH com os CERH poderá ser alcançada pela:

- a) promoção de oficinas e workshops de integração em função das prioridades nacionais;
- b) estabelecimento de uma dinâmica permanente de diálogo entre as secretarias executivas do CNRH e CERH;
- c) convite para participação no CNRH com direito à voz, a todos os conselheiros dos CERH; e
- d) implantação de um Plano de Comunicação para os entes do SINGREH e órgãos gestores.
- e) Realizar oficinas de integração anuais entre CTs do CNRH e de outros colegiados.

Ainda sugeriram como ação de integração a capacitação dos integrantes do SINGREH.

### **Desafio 3 - Melhorar o seu funcionamento interno garantindo boa representação e representatividade dos seus membros, consolidando as atribuições das Câmaras**

## **Técnicas e Grupos de Trabalho, melhorando o funcionamento de sua Secretaria Executiva e monitorando os seus resultados.**

A composição do CNRH deve ser revista de modo a permitir uma maior representação dos interesses difusos com maior participação da sociedade, usuários, associações técnicas e inserindo a representação municipal.

A representação dos membros assim como a capacitação dos mesmos deverá ser melhorada bem como a integração setorial nessa representação. Os conselheiros devem buscar manter um diálogo mais direto com os seus representantes nas câmaras técnicas de forma a manter um acompanhamento mais freqüente de sua atuação.

Para seu melhor funcionamento deverá ser reavaliada a necessidade de levar para o Plenário matérias administrativas e operacionais, desta forma dando ênfase para as questões estratégicas.

As Câmaras Técnicas, por sua vez, precisam consolidar suas atribuições, diminuir o sobreamento entre elas e fortalecer suas identidades. Devem ainda buscar estabelecer uma maior integração entre si e com o plenário do CNRH.

As discussões no âmbito das Câmaras Técnicas devem ser pautadas pelas prioridades da agenda do CNRH e recomenda-se maior utilização da internet no desenvolvimento de suas discussões.

As CTs deverão produzir relatórios de suas atividades e ter o seu desempenho avaliado, a partir de critérios bem definidos, sendo divulgado nas reuniões do plenário do CNRH e ser ampliado o suporte técnico para as Câmaras Técnicas, o que poderá ser garantido por meio de uma maior utilização do potencial da ANA e pela contratação de consultores especializados.

A relação entre a CTIL e as demais câmaras precisa ser melhorada, sugerindo-se, para isso que esta CT não venha a discutir o mérito das proposições das demais, mas ater-se ao seu papel original de análise das proposições pelos seus aspectos institucionais e legais.

O CNRH deve elaborar o seu planejamento de trabalho e definir indicadores que permitam monitorar e avaliar o seu desempenho no cumprimento de suas metas, entretanto esses indicadores não poderão ser traduzidos apenas pela produção de resoluções ou moções.

A Secretaria Executiva do CNRH precisa ser melhor apoiada, sendo reforçada a sua equipe e o seu orçamento, para que possa oferecer o suporte necessário ao funcionamento do Conselho e acompanhar o desempenho das câmaras técnicas monitorando os prazos propostos e mantendo o Plenário informado do alcance de suas metas.

No fortalecimento do seu papel caberia a Secretaria Executiva indicar os representantes do MMA nos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, de modo a reforçar a aproximação do Conselho Nacional com as instâncias estaduais.

O CNRH necessita ainda definir o processo para a elaboração de suas resoluções e também uma metodologia para avaliar o cumprimento de suas resoluções e os efeitos de suas moções.

### **PROPOSIÇÕES:**

#### **PARA O FUNCIONAMENTO DAS CÂMARAS TÉCNICAS:**

Deverá ser elaborado um diagnóstico de modo a subsidiar uma avaliação de mudanças ou não na quantidade e objetivos das atuais câmaras, inserindo nessa avaliação as propostas seguintes:

- - manter câmaras técnicas permanentes e criar câmaras técnicas temporárias ou grupos de trabalho;
- - extinguir todas as câmaras técnicas mantendo como permanentes apenas a CTIL e a CTEM;
- - transformar a CTIL em uma câmara que possua a função de filtro das resoluções que irão ao Plenário, e que será formada apenas por conselheiros com a devida paridade;
- - delimitar as atribuições da CTIL, de modo a respeitar as proposições apresentadas pelas demais CT com retorno à câmara de origem antes do envio à plenária do CNRH;
- - revisar a existência das câmaras técnicas com foco nos instrumentos de gestão e com a definição clara de suas pautas;
- - revisar a forma das propostas de resoluções das CTs por um especialista a serviço da Secretaria Executiva;
- - conhecer o conteúdo do manual da Presidência (Lei Complementar No. 95 e Regulamento) de modo a aperfeiçoar suas proposições legais. As minutas dessas proposições deverão ser encaminhadas acompanhadas por exposição de motivos artigo por artigo;
- - criar coordenadores de deliberações (moções e resoluções) no âmbito das Câmaras Técnicas; e
- - criar uma metodologia de integração entre CTs e Plenário do CNRH através de um quadro de referências, baseado nas diretrizes do plano, a ser apresentado no Plenário do CNRH.

#### **PARA A SECRETARIA EXECUTIVA:**

A Secretaria Executiva do CNRH deverá ser reestruturada de forma a realizar:

- gestão eficaz do processo de elaboração, tramitação e submissão ao plenário de moções, resoluções e outros encaminhamentos;
- elaboração e monitoramento do Plano de Trabalho do CNRH;
- criação de um núcleo de comunicação e marketing para divulgação do Conselho, inclusive revisão do sítio eletrônico com abertura para sugestões;
- acompanhamento e articulação das pautas dos colegiados e câmaras técnicas apresentando relatórios ao Plenário;
- promoção de encontros e eventos de integração entre os Conselhos, segmentos e políticas setoriais; (ex. uma semana “Conselho e as Águas” nos níveis nacional e estadual).
- realização de reuniões do CNRH em outros Estados da Federação; e
- desenvolvimento e aprimoramento dos mecanismos de divulgação e integração entre órgãos da União, dos Estados e CBH.

#### **PARA A COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA:**

- dar maior publicidade aos trabalhos do CNRH;
- otimizar a utilização de tecnologias de informação;
- criar núcleo de comunicação e marketing na Secretaria Executiva do CNRH;
- implantar Plano de comunicação amplo e veículo próprio para os entes integrantes do SINGREH e órgãos gestores;
- criar redes de informação específicas de cada segmento, envolvendo desde membros dos CBHs até os conselheiros do CNRH;
- criar e manter no site do CNRH um canal permanente de discussão com a sociedade, as pautas e os relatórios das CTs e do CNRH; e
- divulgar as ações do CNRH nos simpósios e congressos das áreas afins (ABRH, ABES, Encontro dos Usuários da Indústria, Fóruns de ONGs Ambientalistas, Fórum de CBH, Congresso de Limnologia, etc).

#### **PARA A CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS:**

- conscientização do papel e da representatividade dos conselheiros e de seus representantes nas CT, especialmente do governo federal como articuladores do planejamento da política pública de seu órgão; e
- produção de “manual do conselheiro” sobre funcionamento das CTs e do Plenário.

#### **PARA A REVISÃO REGIMENTAL:**

- rever a representação setorial ampliando a participação dos segmentos;
- promover a paridade na representação do CNRH;
- dotar as Câmaras Técnicas de autonomia para a escolha de sua própria composição a partir dos pleitos manifestados pelos conselheiros, no caso de haver excedentes;
- rever as atribuições do CNRH dando ênfase as questões estratégicas de formulação da política e arbitragem, delegando a operacionalização à Secretaria Executiva;
- reformular procedimento para pedido de vista: vetar o pedido de vistas para entidades que contam com representação na Câmara Técnica proponente e/ou na CTIL;
- instrumentalizar todas as decisões do CNRH por meio de moção ou resolução (ex. a criação de comitês de bacias); e
- explicitar como atribuição da Secretaria Executiva o gerenciamento eficaz do processo de elaboração, tramitação e submissão ao Plenário do CNRH de moções e resoluções.

#### **OUTRAS RECOMENDAÇÕES:**

- estabelecer programas de fortalecimento das políticas estaduais, mediante o critério da meritocracia;
- condicionar o repasse de recursos para os estados à implantação das instâncias e mecanismos de gestão dos recursos hídricos; e
- condicionar o apoio institucional, financeiro e político à Políticas Estaduais à ausência de deliberações e ações jurídicas que questionem a legalidade dos atos dos agentes públicos.

- fortalecer a Política Nacional de Recursos Hídricos mediante o aporte de recursos financeiros.

## PARTICIPANTES

Nº	Nome	Câmara Técnica	Segmento
1	João Clímaco	Conselheiro	ONGs
2	Rodrigo Massad	Conselheiro	Governo - Midades
3	Martinho Santos	Conselheiro	Governo - Mtransportes
4	Walter Suriani	Conselheiro	Prestadoras
5	João Bosco Senra	Conselheiro	Governo - MMA
6	Marco Costa	CTAP	OTEP
7	Marco Antônio Garrido de Oliveira	CTAP	Prestadoras
8	Gilberto Hollanes	CTAP	Governo - MME
9	Manfredo Cardoso	CTAP	Governo - MMA
10	Theresa Castro	CTAP / Conselheira	CERH / DF
11	Daniel Duarte	CTAS	Governo - MMA
12	Emanuel Teixeira de Queiroz	CTAS	Governo - DNPM
13	Nélio Pinheiro	CTAS	CERH
14	Alvaristo Junior	CTAS	MD
15	Marcelo Medeiros	CTAS	Governo - CPRM
16	Cláudia Lima	CTAS	Governo - MMA
17	Fernando Oliveira	CTAS	Governo - MMA/ANA
18	Emílio Prandi	CTAS	OTEP
19	Gerôncio Rocha	CTAS	CERH / SP
20	Laestaniula da Silva	CTAS / CTEM	Governo - MMA
21	Gualter Mendes	CTCOB	Governo - MME
22	Ednaldo Mesquita	CTCOB	Governo - MMA
23	Eduardo Dantas	CTCOB	Prestadoras
24	Oswaldo Andrade	CTCOB	ONGs
25	Eduardo Pascoalotti	CTCOB	Consórcios
26	Renato Lana	CTCOB	Governo - MME
27	Sílvio Renato	CTCOB	Prestadoras
28	Leonardo Klosowski	CTCOB	Governo - MMA
29	Luiz Gonçalves	CTCOB	OTEP
30	Sérgio Leal	CTCOB / CTPNRH	CERH / MG
31	Maria de Fátima Almeida	CTCOST	CERH / BA
32	Rosa Maria Mancini	CTCOST	CERH / SP
33	Chistina	CTCOST	Governo - MME
34	Luiz Fernando Cibys	CTCOST	OTEPs
35	Celso Garagnari	CTCOST	Indústria
36	Aline Garcia	CTCOST	CERH / ES
37	Antônio Farias	CTCOST	Governo - MME
38	Cláudia Magalhães	CTCOST	Governo - MMA
39	Tarcísio	CTCOST / CTGRHT	Governo - Defesa
40	Wallison Carvalho	CTCT	Governo - MDIC
41	Doralice Assirati	CTCT	Governo - DNPM
42	Eduardo Duarte	CTCT	Governo - Eletrobras
43	Aureliano Cesar	CTCT	Governo - MMA
44	Juliane Viana	CTCT	OTEP
45	Paulo Cardoso	CTCT	ONGs
46	Alex Verneiz	CTCT	Comitês
47	Victor Sucupira	CTCT	Governo - MMA/ANA
48	Lara Montenegro	CTEM	Governo - MMA
49	Bériles Cabral	CTEM	Governo - MMA

50	Luciano Chagas	CTEM	Governo - MEC
51	Jane Fontana	CTEM	Governo - MCidades
52	Luis Mello	CTEM	Governo - MMA/ANA
53	Ana Paula Xavier	CTEM	Governo - MMA
54	Franklin Junior	CTEM	Governo - MMA
55	Malu Freire	CTEM	CERH / SP
56	Maria Margareth	CTEM	Governo - Mulheres
57	Rodrigo Flecha	CTEM / CTCT / CTCOB	Governo - MMA/ANA
58	Anna Virgínia Machado	CTEM, CTCT, CTAP, CTPNRH / Conselheira	OTEP
59	Jorge Thierry	CTGRHT	Governo - MMA/ANA
60	Mauri Pereira	CTGRHT	CERH / PR
61	Paulo Paim	CTGRHT	CERH / RS
62	Cláudio Floriani	CTGRHT	Prestadoras
63	Andrea Germano	CTGRHT	Governo - CPRM
64	Valery Pugatch	CTGRHT	Irrigantes
65	Maitê S.	CTGRHT	Governo - MRE
66	Adriana Ferreira	CTGRHT	Governo - MMA
67	Gilney Vilarim	CTGRHT	Concessionárias
68	Fabiano Chaves	CTGRHT	Governo - MMA
69	Fernado Coimbra	CTGRHT	Governo - MRE
70	Antônio Filho	CTGRHT	AHIPAR
71	Sinara Brocts	CTGRHT / CTEM	OTEP
72	Gilberto Canali	CTIL	OTEP
73	Neusa Mascarenhas	CTIL	CERH/SP
74	Marcus Vinícius Silva	CTIL	Comitês
75	Marco Antônio Amorim	CTIL	Governo - MMA
76	Ariadne de Castro	CTIL	Governo - MMA/ANA
77	Maria de Lorde - IUDE	CTIL	Indústria
78	Maria Manuela Moreira	CTIL	Governo - MMA
79	Wilson Azevedo	CTIL	Pescadores
80	Márley Caetano	CTIL / CTAP	Governo - MMA
81	Wilson Bonança	CTIL / CTAP	Irrigantes
82	Margarete Rebolças	CTPNRH	Governo - MPOG
83	Regina Romanini	CTPNRH	Concessionárias
84	Marco Antônio Ramos Caminha	CTPNRH	Indústrias
85	Esther Blumenfeld	CTPNRH	Governo - MMA
86	Nelson Freitas	CTPNRH	Governo - MMA/ANA
87	Luzinaldo Junior	CTPNRH	CERH / BA
88	Alberto Palomo	CTPNRH	Convidado
89	Maria Arlete Rosa	CTPNRH / Conselheira	Prestadoras
90	Leane Chamma	CTPNRH / CTPOAR	Prestadoras
91	Maria do Carmo Santos	CTPOAR	CERH
92	Célia Poeta	CTPOAR	CERH / SP
93	Diógenes Mortari	CTPOAR	Convidado
94	Luciano Meneses	CTPOAR	Governo - MMA/ANA
95	Luiz Cláudio Figueiredo	CTPOAR	Indústria
96	Marília Carvalho	CTPOAR	CERH / MG
97	Rosalvo Oliveira	CTPOAR	Governo - MI
98	Raquel Scalia	CTPOAR	Governo - MMA
99	Bianca Mattos	CTPOAR	Governo - MMA
100	Cláudio Bedran	CTPOAR	ONGs
101	Nelson Filho	CTPOAR	Irrigantes

102	Luiz Henrique Silva	CTPOAR	CERH / BA
103	Andrea Figueiredo	CTPOAR/CTPNRH	Governo - MME
104	Vanessa Empinotti	Convidado	Indústria
105	Humberto Gonçalves	Convidado	Governo - MMA/ANA
106	Cláudia Salles	Convidado	Indústria
107	Andrei Moura	Convidado	CERH / DF
108	Carolino Cepeda	Convidado	Governo - MME
109	Roberto Monteiro	Convidado	Governo - MMA
110	Isadora Suriani	Convidado	Prestadoras
111	Valdeci Goulart	Convidado	Concessionárias
112	Alice Cleto	Convidado	Elabore
113	Carlos Alberto Perdigão	Convidado	Governo - MMA/ANA
114	Laura Perez	Convidado	CERH / SP
115	Marianna Record	Convidado	CERH / PR
116	Maurício Andres	Convidado	Governo - MMA/ANA
117	Viviani Alves	Convidado	Governo - MMA/ANA
118	Irenilda dos Santos	Convidado	ONGs

## LISTA DE ANEXOS

Compõem esse relatório as seguintes apresentações realizadas durante o evento:

Anexo 1 – Apresentacao\_ANA\_atuacao\_CNRH;

Anexo 2 – Apresentacao\_SRHU\_PNRH;

Anexo 3 – Apresentacao\_proposicoes\_consolidadas\_definicao\_agenda;

Anexo 4 – Apresentacao\_proposicoes\_consolidadas\_planejamento\_monitoramento;

Anexo 5 – Apresentacao\_proposicoes\_consolidadas\_integracao;

Anexo 6 – Apresentacao\_proposicoes\_consolidadas\_funcionamento; e

Anexo 7 – Apresentacao\_proposicoes\_outros.